

A LÍNGUA PORTUGUESA HOJE

Seminário realizado na University of Birmingham, Department of Hispanic Studies (2.5.1985).

Passados onze anos sobre a revolução de Abril, a questão da «Língua Portuguesa hoje» permanece com a actualidade de sempre, ganhando contudo uma nova dimensão e perspectiva de análise, decorrentes, como é óbvio, das próprias transformações histórico-políticas. A consciência deste fenómeno tem inspirado a realização de diversos encontros e colóquios, neles confluindo comunicações oriundas de diferentes disciplinas científicas como por exemplo a linguística, a demografia, pedagogia e metodologia do ensino de línguas, entre outras.

Importará talvez principiar por aludir à dispersão geográfica pela qual se acham (e sempre se acharam) distribuídos os falantes de português, dispersão essa que, até 1974, implicava não obstante uma fortíssima dependência política e administrativa em relação à Metrópole. Vivia-se desde o início da década de 60 a última fase de um sistema colonial multissecular que englobava, em termos territoriais, os Açores, a Madeira, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor. A estes acrescentaremos ainda, fazendo porém a devida ressalva, a chamada «Índia Portuguesa» (Goa, Damão e Diu), incorporada na União Indiana em 1961; e finalmente o Brasil, país independente desde 1822 mas que, com os seus cerca de 130 milhões de indivíduos, contribui (e decerto continuará a contribuir) maioritariamente e decisivamente para a projecção da nossa língua no mundo.

Consumado o processo de «descolonização», e independentemente dos elogios e das críticas que se possam tecer sobre o modo como foi conduzido e levado a cabo, o certo é que, com poucas excepções, o problema do futuro da língua portuguesa pode e deve equacionar-se (pelo menos, por enquanto) sem alterações substanciais, já que a independência e/ou autonomia reconhecidas às ex-colónias não vieram verdadeiramente a modificar o panorama linguístico.

As excepções a que nos referimos são, antes de mais, Goa, Damão e Diu onde a língua portuguesa parece ter definitivamente os dias contados... Mesmo como língua veicular, o português tem vindo a ser gradualmente preterido em favor do inglês.

Quanto aos restantes territórios orientais, a situação, ainda que parcialmente por definir, não nos oferece igualmente grandes motivos de esperança na sobrevivência do português (como língua de comunicação maciça, entenda-se). Macau vive neste momento, como é sabido, uma fase de transição uma vez que, ainda no decurso deste século, será transferido para a administração da República Popular da China.

No que diz respeito a Timor, a metade oriental da ilha encontra-se ocupada desde 1975 pelas tropas indonésias e a situação tarda em conhecer uma solução político-diplomática, se é que ela virá a ser alcançada. Em ambos os casos, que futuro estará reservado ao português?

Na área tropical e equatorial onde se situam tanto os novos estados implantados no continente africano (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) como os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, o cenário é já diferente e, diga-se de passagem, bastante mais promissor para o futuro da nossa língua, pelo menos a médio prazo. Em todos eles foi o português declarado língua oficial, sobrepondo-se assim às línguas nacionais (os chamados «crioulos»). Note-se todavia que esta sobreposição se verifica ao nível estritamente oficial, não implicando assim a extinção ou apagamento das línguas nativas, aliás maioritárias.

No caso de Cabo Verde, talvez não seja irrelevante recordar aqui a tentativa inicial de rejeição da língua portuguesa, rejeição essa que julgamos dever interpretar não tanto em função de um nacionalismo linguístico como de uma reacção compreensível à dominação histórica, política e institucional que acompanhara — e na qual naturalmente se enquadrara — a dominação linguística.

Nos Açores e na Madeira (as chamadas «regiões autónomas») que constituem, por assim dizer, os prolongamentos atlânticos do Portugal metropolitano, o problema da emancipação linguística nunca foi até agora levantado, tanto quanto julgamos saber. De resto, as diferenças que apresentam face ao português-padrão (i. e. o da região de Lisboa) são sobretudo fonéticas, mais do que lexicais e/ou gramaticais.

Atentemos por último no Brasil que, como se disse, fornece o principal contingente para o apuramento do quantitativo total dos falantes de português.

Após a independência em 1822, pugnou-se apaixonadamente pela constituição, reconhecimento e oficialização de uma língua brasileira. Este projecto marcou de forma decisiva quase toda a 2.^a metade do século passado, sendo justo salientar o papel desempenhado pelos escritores românticos brasileiros, entre os quais avulta o nome de JOSÉ DE ALENCAR. Viria a ser retomado no 1.^o quartel do século XX com o Modernismo, nele se incorporando posteriormente filólogos e linguistas de reconhecida craveira como SERAFIM DA SILVA NETO, JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JÚNIOR e mais modernamente CELSO CUNHA.

Um dos principais objectivos da sua acção terá sido o apuramento do grau de extensão e de influência das componentes ameríndia (sobretudo o tupi) e africana no falar brasileiro actual. Hoje em dia, há que reconhecer-lhe o estatuto de uma «variante» de inegável importância e significado mas não de uma língua autónoma, visto que o fundo lexical de que dispõe é, na sua grande maioria, português. Utilizando a terminologia proposta por EUGÉNIO COSERIU, poder-se-ia falar de uma «norma» brasileira por oposição a uma «norma» portuguesa, integrando-se ambas num mesmo «sistema» linguístico.

No entanto, são numerosas as diferenças que o brasileiro apresenta face ao português-padrão, sobretudo a nível fonético e gramatical e até gráfico. Diga-se a este respeito que os sucessivos acordos ortográficos já firmados ao longo do presente século

acham-se neste momento interrompidos; e a sua reabertura (para quando?) permitirá eventualmente solucionar muitas das questões ainda em aberto.



Desmembrado o império colonial português, mandam os imperativos históricos que regressemos ao espaço metropolitano original: este «rectângulo» donde a partir do século XV nos expandimos em direcção a um desconhecido que parecia apostado em querer situar-se cada vez mais longe ...

Delimitado pois o «espaço», resta-nos fixar a outra coordenada: o «tempo». A este propósito, somos de opinião que pensar «a língua portuguesa hoje» implica necessariamente a extensão do advérbio ao nosso passado recente. Apenas por comodidade metodológica, tomaremos então como data-limite o ano de 1974.

A substituição de um regime político ditatorial só aparentemente estável por uma democracia fez-se sentir também, como é de resto compreensível, no domínio da língua. Assim, palavras e expressões conotadas de alguma maneira com o regime deposto e com a ideologia nacionalista e colonialista que o caracterizava (como «Estado», «Nação», «Autoridade», «Supremos interesses», «Pátria», «Império», «Ultramar», «Colónias», «Vocação marítima», entre outras), foram, após o 25 de Abril, substituídas por outras igualmente marcadas por um contexto específico de euforia revolucionária. A revolução política desencadeia, simultânea e paralelamente, uma revolução linguística.

Um estudo lexicológico do discurso político desse período poderia comprovar, em última análise, a existência generalizada de juízos de valor acentuadamente maniqueístas, ou seja, sintomáticos de uma atitude mental político-ideológica da adesão ou de recusa. No primeiro caso, temos, por exemplo, «Socialismo», «Liberdade», «Revolução», «Trabalhadores», «Democracia», «Poder popular», «Reforma agrária», «Conquistas revolucionárias», «Unidade», «Força sindical», «Proletariado»; e no segundo, «Fascismo», «Ditadura», «Repressão», «Reaccionário», «Burguesia», «Capitalismo», «Monopólio», «Patronato», «Latifundiário», «Imperialismo», «Exploração», etc. Mais do que nunca, toda a palavra e todo o discurso são acentuadamente políticos, quer em termos de codificação quer de descodificação e de leitura interpretativa, assumindo-se como instrumentos/objectos mágicos extraordinariamente eficazes, tanto a exaltar como a anatematizar.

Decorridos onze anos, há que assinalar uma alteração substancial, desde logo verificável a nível do próprio discurso político partidário. Se considerarmos as quatro principais forças políticas portuguesas (PS, PSD, CDS e PCP), verificar-se-á que o PS tem-se despojado progressivamente de uma terminologia de cariz marxista, talvez parcialmente explicável pelas suas reconhecidas divergências com o PCP e sucessivas necessidades de coligação governamental e parlamentar com as forças partidárias à sua direita. O PSD pós-SÁ CARNEIRO, após uma fase de (aparente?) esvaziamento ideológico que se caracterizou por um discurso incaracterístico, defronta-se ainda com problemas no campo da disciplina e estratégia partidárias que têm inviabilizado a recuperação de uma unidade perdida (até quando?). O CDS vem ultimamente

insistindo na tónica do «liberalismo», o presumível herdeiro, tanto quanto parece, da «Democracia cristã». Quanto ao PCP, o seu discurso, quiçá estereotipado, em pouco ou nada se alterou; sinal de monolitismo para uns e de coerência para outros.

É este cenário com que presentemente nos confrontamos e no seio do qual a palavra e o discurso políticos se têm vindo a destituir progressivamente de sentido, perdendo eficácia e poder mobilizador e vendo pois consideravelmente reduzida a função apelativa que lhes é reconhecida. A sua utilização inflacionária e muitas vezes indiscriminada veio abrir um processo de dessacralização gradual, à medida que a palavra se ia convertendo de instrumento de referência ideológica na sua própria finalidade. Contudo, é justo realçar a capacidade de criação de múltiplos neologismos; quase sempre substantivos e adjectivos formados a partir de nomes de personalidades e de instituições políticas, capacidade essa para a qual terão contribuído largamente os observadores e analistas do fenómeno político português (ex.: «Eanismo», «Soarismo», «Pintasilguismo», etc.).

O processo de descolonização veio determinar o regresso maciço à metrópole de inúmeros indivíduos residentes ou naturais dos territórios africanos e, por conseguinte, a «entrada» de variantes linguísticas do português que passaram assim a coexistir com a língua-padrão.

No caso dos crioulos cabo-verdianos, é de sublinhar que os seus utentes são igualmente capazes de se exprimirem em português e de o compreenderem. A inversa não é porém verdadeira, já que o crioulo é, para os portugueses, no mínimo dificilmente compreensível. Talvez este facto ajuda a explicar a sua utilização a nível de grupos extremamente gregários que residem normalmente em zonas bem determinadas da capital.

No caso de Angola e de Moçambique, saliente-se que as divergências que apresentam relativamente ao português metropolitano (a nível lexical e gramatical) não chegam a constituir obstáculos à comunicação, ao contrário do que geralmente sucede no caso anterior. É ainda curioso notar que a reintegração sócio-profissional se processou com muito maior facilidade do que a dos cabo-verdianos, os quais são não raro conotados com a marginalidade e criminalidade.

Porém, a principal influência linguística exógena no português actual parece-me ser, sem dúvida, a veiculada pela variante brasileira. A sua repercussão verifica-se essencialmente a nível da comunicação quotidiana oral e para ela terão contribuído decisivamente as telenovelas produzidas pela TV-Globo. A sua estreia nos canais portugueses data de 1976, prosseguindo desde então com impressionante regularidade e preenchendo quase sempre os períodos de maior audiência. Tem-se até verificado a exibição diária simultânea de duas telenovelas, uma em cada canal televisivo e sem qualquer sobreposição horária.

Para além de expressões de utilização mais universal como, por exemplo, «curtir», «qual é?», «estar na boa», «estar na fossa», e «estar na pior», entre outras, pensamos que a maior receptividade do português se verifica particularmente a propósito de palavras e expressões proferidas por e características de personagens-tipo ou acentualmente cómicas; ou ainda figuras que integram os próprios programas humorísticos (nomeadamente as concebidas por JÔ SOARES e CHICO ANÍSIO).

Estas influências não chegam porém a merecer as honras de inclusão lexicográfica, visto que o seu impacto e actualização discursiva se circunscrevem, na maioria dos casos, à oralidade coloquial/familiar e ao período de tempo de exibição televisiva dos respectivos programas. Têm portanto regra geral uma vida efémera; mas ainda assim extremamente significativa.

Outra eventual influência consiste no alargamento de um vocabulário originalmente conotado com a marginalidade e/ou toxicomania a vastas camadas da juventude portuguesa; se bem que, em muitos casos, a sua actualização discursiva se explique inteiramente por propósitos caricaturais, o que implica um evidente enfraquecimento das conotações atrás referidas. Cito como exemplo: «ya», «meu»/«minha», «trip», «naifa», «curtir», «flipar», «charro», etc. Note-se a adaptação do português, quer fonética quer grafemática, de alguns lexemas estrangeiros. De resto, a capacidade de assimilação e de incorporação revelada pela língua portuguesa, sobretudo a partir de vocábulos ingleses e franceses, continua a ser ainda hoje um dos seus traços mais marcantes (cf. por exemplo, «croissanteria»).

Já que falámos da juventude portuguesa, cumpre dizer que nela se consubstancia admiravelmente o generalizado decréscimo de qualidade e expressão, quer oral quer escrita, que se vem verificando e que de ano para ano se nos afigura mais preocupante. Tal fenómeno poderá explicar-se por e atribuir-se a condicionalismos vários (a carestia do livro, a nula ou inadequada preparação didáctico-pedagógica que o ensino universitário dispensa ao futuro professor de português); mas entendemos dever destacar a perda do hábito da leitura, excepção feita à banda desenhada, género muito procurado, sobretudo pelos mais novos. Ora o tipo de texto que ele veicula caracteriza-se frequentemente por uma linguagem simplificada ao extremo e de discutível qualidade que apenas permite cobrir uma meia dúzia de situações irreais e estereotipadas (cf. por exemplo, as histórias de «cow-boys»): Trata-se afinal de uma narrativa de «consumo» que apela a uma leitura imediata e na qual, ainda para mais, a mensagem escrita surge claramente desvalorizada em virtude da existência de um «suporte» visual que teoricamente a deveria apenas complementar.

Nesta conjuntura, a principal alteração que se introduziu no domínio da metodologia de ensino da língua materna terá sido, pensamos, a substituição da gramática normativa clássica pelo modelo generativo-transformacional chomskiano; quanto a nós, sem contrapartidas visíveis, talvez dada a sua divulgação prematura a escalões etários muito jovens (1.º ano do Ensino Unificado, 10-11 anos) que não dispõem ainda da necessária capacidade de abstractização. Não pomos em causa a aquisição das regras fundamentais do modelo chomskiano que qualquer aluno de 12 anos saberá utilizar, melhor ou pior, na análise das frases; pensamos todavia que esse «sucesso escolar» é algo ilusório, isto é, explica-se mais pela capacidade de memorização e aplicação automática do que pela compreensão efectiva das regras e conceitos em presença.

Da necessidade de repensar e ressystematizar o ensino e a investigação no que toca à língua materna, é expressão o aparecimento nos últimos anos de estudos, gramáticas e manuais cujo alcance e utilidade se não circunscrevem felizmente ao âmbito meramente didáctico-pedagógico. Registem-se a título de exemplo os trabalhos do Prof. MALACA CASTELEIRO; da Prof.^a MARIA HELENA MATEUS; a **Gramática do Português Contemporâneo** da autoria de CELSO CUNHA, enriquecida pela

colaboração do Prof. LUÍS F. LINDLEY CINTRA; e «last but not least» o **Português Fundamental**, um trabalho pioneiro no campo da recolha lexicológica.

★ ★ ★

Depois de termos referido a entrada em Portugal de populações provenientes das antigas colónias ultramarinas, gostaríamos de encerrar estas reflexões com algumas palavras sobre o fenómeno migratório; questão essa que, dada a importância que assume no quadro social português, não pode ser esquecida como não deve ser subestimada.

Durante quase todo o século passado e primeira metade do actual, a emigração foi fundamentalmente canalizada para o Brasil; facto esse que viria inclusivamente a manifestar-se no plano da criação literária (JÚLIO DINIS, CAMILO). Já no século XX, verificam-se fluxos migratórios significativos que têm como destino o Canadá e os Estados Unidos (sobretudo açorianos). Posteriormente, e devido à necessidade de reconstrução europeia após a 2.^a Grande Guerra, o emigrante português como que «troca» as fronteiras marítimas pelas suas congéneres terrestres, saindo predominantemente para França e para a Alemanha.

Toda esta problemática, sem dúvida muitíssimo complexa e delicada, tem sido frequentemente objecto de conversações oficiais; mas não parecem estar criadas as condições para que esta realidade tantas vezes dramática se venha a modificar proximaamente. Para além da vertente laboral propriamente dita (já que o desemprego é, como se sabe, um dos grandes espectros que flagelam a Europa de hoje), há ainda a considerar as implicações demográficas e linguísticas que decorrem das taxas de nupcialidade e natalidade dos emigrantes portugueses.

De facto, quantos dentre estes continuarão a utilizar o português como língua de comunicação familiar? Que horizontes abre ou que continuidade proporciona o ensino oficial (sobretudo no escalão secundário) à 1.^a geração pós-migratória? E, ainda que reconhecida pelo Estado e ensinada nas escolas como língua veicular, como procurar assegurar a sua sobrevivência fora da aula e terminado o processo de formação escolar?

Por outro lado, e em termos de «imagem» psicológica e social, como é vista e o que significa verdadeiramente para as gerações descendentes de emigrantes a aprendizagem e/ou utilização de uma língua afinal minoritária e pouco menos do que «exótica»? Como um estímulo? Como um estigma? ■

MIGUEL ALARCÃO

Assistente-investigador na FCSH (UNL), actualmente leitor em Birmingham.